



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DAS PREFEITURAS REGIONAIS
PREFEITURA REGIONAL JAÇANÃ/ TREMEMBÉ
CONSELHO REGIONAL DE MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
E CULTURA DE PAZ – CADES JAÇANÃ/TREMEMPÉ

PREFEITO REGIONAL - Dário José Barreto
COORDENADOR CADES - Edson Novoa

Aos 24 de Maio de 2023, às 19h30, na sede da subprefeitura Jaçanã/Tremembé, situada na Avenida Luis Stamatis, 300, deu-se início à reunião ordinária deste Conselho com os presentes: Edson Novoa (titular), Conceição Aparecida Alves (titular), Maria do Carmo (Lia) (titular), William Farias (Titular), Alex Marchioratto (Gov. local), Carlos Fernandes (subprefeitura), os convidados, membros do CADES Vila Maria, Srs. Hélio Cláudio de Carvalho e José Ramos de Carvalho e as Sras. Rute Cremonini de Melo (SVMA) e Jacqueline S. Jesus Sousa, assistente técnica da Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB. As ausências das senhoras Janete Santana (titular) e Silvana Evangelista (Titular) foram justificadas. Deu-se início aos trabalhos, às 19h32, e o Sr. Edson informou a todos que o Sr. William Farias iniciaria a gravação da reunião a fim de facilitar a transcrição para a confecção da ata, acrescentando que a assinatura da ata anterior será feita ao final desta reunião. Ficou acordado entre todos os presentes, sem necessidade de eleição, que o Sr. William passará a ser o novo secretário do CADES, responsabilizando-se pela confecção das atas e a Sra. Conceição fará a correção e organização de todo o texto transcrito pela gravação, atuando como vice-secretária. Ficou combinado que, em caso de contestação de fala do texto transcrito por gravação, deverá o contestador apresentar seu texto escrito, dentro do arquivo de Word da ata confeccionada, na ordem correta de sua fala, para se confrontar com o áudio gravado, não sendo permitido envio por mensagem ou áudio via WhatsApp. Em seguida, o Sr. Edson lembrou a todos que, nos casos de demandas que não necessitam de aprovação dos membros do CADES, para agilidade do processo, basta que se redija o pleito e encaminhe para a referida subprefeitura, que, por sua vez, encaminhará tal demanda, através de ofício, ao destinatário competente, possibilitando alguma devolutiva já na próxima reunião. A Sra. Conceição questiona sobre a real necessidade de notificação através do 156, especialmente quando algum munícipe traz alguma demanda aos membros do CADES e a Sra. Rute mencionou os artigos 51 ao 55º da Lei 14.887, onde *“diz que o CADES pode receber propostas, denúncias e críticas de todos aqueles que desejam recorrer ao Conselho, que, por sua vez, as encaminhará e fará devolutiva ao cidadão, o que não significa que os conselheiros terão de registrar ocorrência junto ao 156 para fazer a denúncia, pois você não estarão vendo o local e isto poderia gerar uma reclamação equivocada. Sugeriu, ainda, que orientemos a pessoa reclamante a abrir o chamado no 156 por si mesma, gerando um número de protocolo. Sendo o conselheiro uma espécie de ouvidoria, com o protocolo do 156 levado à reunião, facilita-se o acesso à uma devolutiva, todavia, aconselhou que tomemos cuidado para não acumularmos atribuições que não são nossas, para não ficarmos sobrecarregados. Sugeriu que, nos casos de denúncias, orientemos o munícipe a abrir um protocolo no 156. Mencionou sobre uma aula com um representante do 156, feita no ano passado, em que ele falou acerca da necessidade da apresentação de tal protocolo, ainda que haja disponibilidade de despachar as demandas diretamente com o subprefeito. Até porque, estando registrada a demanda no sistema, possibilita-se encaminhar funcionários, liberar materiais e tudo o mais”* (sic). A Sra. Lia perguntou se os conselheiros, presenciando o fato, necessitam abrir protocolo junto ao 156 e o Sr. Alex disse que o protocolo ajuda a dar acompanhamento à solicitação. A Sra. Conceição questionou se, na pior das hipóteses, não havendo tal protocolo, seria possível aos membros do CADES acatar um pedido de munícipe, citando o exemplo de bueiro entupido em um dia de chuva e sem devido escoamento da água. Alex respondeu que, nestes casos, é possível encaminhar para a subprefeitura para que seja aberto um chamado no 156, em prol de resolver a demanda. O Sr. José Ramos comentou sobre a importância de formalização das reclamações junto ao 156 para que fique tudo devidamente documentado em ata, a qual acaba nas mãos do presidente do Conselho, que é o subprefeito. O Sr. Edson assentiu que o protocolo do 156 permite meios de cobrar pela devolutiva. A Sra. Rute alertou aos membros sobre não atuarem como um balcão de reclamações, acumulando demandas sem dar conta. Por isso, que se registre protocolo no 156 sempre, mas se puder despachar direto melhor. O Sr. Edson comentou sobre algumas pautas de reunião encaminhadas no grupo, como não sendo assuntos inerentes ao CADES, não dizendo respeito ao meio ambiente e que não podemos assumir responsabilidades que não cabem ao conselho, pois tem Secretaria de Segurança Pública, Vigilância Sanitária, e que, por exemplo, foco de dengue tem que ser denunciado à Vigilância Sanitária. O Sr. Hélio, com assertividade, assegurou que focos de dengue é assunto ambiental sim, pois envolve a região inteira, ocasionando mortes. Seguiu dizendo que no Jaçanã, por exemplo, tem um reservatório de água, além de vários outros reservatórios que, até o ano passado, não recebiam manutenções e os moradores reclamavam de focos de mosquitos, moscas e girinos lá perto do mutirão. Portanto, é tema de direito ambiental e de saúde pública também, sendo que há um peso maior quando a denúncia é feita através de um ofício do CADES, com a assinatura do presidente.

Acrescentou o exemplo de denúncia feita pelo CADES da Vila Maria, envolvendo o espaço do antigo Trote, e cuja demanda já está em poder do pessoal da Saúde. Citou, também, a suspensão de vacinação contra Raiva, feita em vários pontos da cidade, no mês de agosto, conhecido pelos antigos como o mês do cachorro louco. Agora, com a concentração em apenas um logradouro, é necessário encaminhar os animais dentre todas as adversidades de transportá-los até o local. O Sr. Alex mencionou que a Secretaria fez parceria com a UVIS, em prol de levar tal vacinação e castração a alguns bairros, realizando o monitoramento e visitando ocupações e bairros da região. Ainda na defesa da pauta sobre os focos de dengue, o Sr. José Ramos ressaltou sobre a questão socioambiental envolvendo a gestão ambiental e a área da saúde, exemplificando casos de moradores que se negam a recuar de áreas de ocupação. A Sra. Conceição lembrou a todos que foi solicitado pelo coordenador, no grupo oficial de WhatsApp que os membros propusessem pautas para a próxima reunião, porém, ninguém apontou uma pauta sequer e, no intuito de ajudar, reuniu todas as pautas já propostas anteriormente, não resolvidas, acrescentando as suas próprias propostas e enviou, apenas, como sugestão. No entanto, recebeu como feedback, no próprio grupo, de que teria a atribuição de identificar e trazer para a reunião os pontos com focos de dengue, para que fosse oficiado à Secretaria. Acrescentou, ainda, que havia sugerido como pauta de reunião a “verificação de proliferação de possíveis focos de Dengue na região”, a ser debatida pelos conselheiros, uma vez que tem contato com membros de outros CADES da cidade e muitos estão abordando este tema preocupante, além da sociedade civil estar cobrando providências na manutenção dos piscinões; o que é bem diferente de sair vistoriando a região e, sozinha, identificar e trazer possíveis focos, para oficializar a SMS e Vigilância Sanitária, deixando claro que estava dando uma satisfação ao coordenador pela incumbência a si imposta, sendo que não seria sua obrigação a realização de tal feito, uma vez que tem conhecimento de um ou outro caso no bairro do Tremembé, citando, como exemplo, o piscinão em frente ao Supermercado Sonda da Av. Maria Amália Lopes de Azevedo. O Sr. Edson disse: *“Quando você colocou como pauta, você colocou assim: “identificação de pontos de foco de dengue” (sic).* E Conceição afirmou: *“Eu coloquei verificar a proliferação de possíveis focos na região, mas, para lembrar o tema dentro da discussão” (sic).* Em seguida, a Sra. Rute comentou: *“O Hélio, em sua fala, mencionou algo fundamental: o CADES pode, em conjunto, colocar peso na questão. Claro que vocês não vão caçar focos de dengue, mas vocês podem verificar, por meio de notícias, contatos ou de articulação, se está acontecendo alguma coisa. Por que não notificar o órgão competente em nome do CADES? O conselho de meio ambiente está vendo isto e chamando à atenção para a questão, dando um peso à questão” (sic).* O Sr. Hélio comentou: *“Só para falar da dengue, como o Novoa disse não ser pertinente ao CADES, não somos nós, conselheiros, quem vamos identificar, mas o pessoal da saúde. A gente convida o representante, uma pessoa da Saúde, da UVIS, e, geralmente, eles vêm como muito gosto. Por exemplo, o pessoal da ‘Iara’, eles sempre vêm. Igual lá na Vila Maria, o próprio Subprefeito, um dia antes da reunião, disse: ‘nós nos reunimos com o pessoal da Saúde e vieram aqui e passaram isto e isso, há casos no bairro e nas ruas tais, e nós estamos fazendo esta verificação’. Então, nós temos que pedir esta ajuda desses órgãos, e o pessoal da subprefeitura vai agilizar esses contatos” (sic).* A Sra. Rute acrescentou: *“Além desses contatos, tem uma coisa que vem funcionando muito bem, que é a comunicação via SEI. O SEI é o sistema eletrônico de informação, é o que substituiu todos os processos em papel; é burocrático no sentido de organização, mas é o que nós temos de mais formal na administração pública e, junto com o Diário Oficial, ele formaliza todos os dados. O CADES pode fazer isso através de seu coordenador, em nome do CADES, abre um SEI. Óbvio que o CADES não vai dar ordem à ninguém, mas vai mostrar, sob o ponto de vista dos representantes, que está solicitando. Não sei em qual o caso que será o verbo correto a usar, mas é possível” (sic).* O Sr. Alex mencionou: *“Inclusive, até para constar em ata, nós tivemos uma reunião da UVIS com o PAVIS Limpa SP e a Subprefeitura. Nós fizemos a primeira ação no dia 10/05/2023, no Jardim Apoanã, um dos pontos da região onde tem dengue e a gente tem programado para o dia 31/05/2023, na Av. Cel. Cezefredo Fagundes, lá de cima, descendo até o Jardim das Pedras, fazendo uma mobilização. Tivemos esta conversa bem próxima com a UVIS e fazendo essa ação. Jardim Fontalis é outro foco muito grande, Jardim Joamar também, mais estes três pontos onde estamos monitorando e fazendo ações também” (sic).* O Sr. José Ramos pediu a palavra e salientou: *“Uma informação importante é que, agora, nós temos o índice de chuvas praticamente zero dentro do Rio Cabuçú, e eu falo dele porque ele é o grande foco, pois começa a produzir aquelas grandes ilhas de mato, de muita coisa, e ratos; mas eu lembro que, quanto à Baía de Santa Clara, que é conhecida por vocês aqui, eu penso o seguinte: todo o Rio Cabuçú deveria pertencer a esta subprefeitura, inclusive, é necessário cobrar das UVIS estar monitorando o Rio Cabuçú agora, pois a tendência dele é baixar o nível da água e tudo isto que mencionei começa a virar foco e aí vem o fumacê que, realmente, precisa. Conversei com a Rute, já passei que é o TAC do Polo Logístico Dutra que envolve muito dinheiro, sendo que não podemos perder dinheiro de novo, pois já perdemos cinco milhões para Cumbica. Guarulhos fez o Bosque Maia com todo o dinheiro na época, e o nosso dinheiro daqui foi para construir as águas do Ipiranga. Então, a gente tem que fortalecer nossa região, em prol de buscar este dinheiro dentro da Secretaria do Verde, pois tem uma Câmara específica para os TACs. Vamos juntar grupos daqui e de lá (Vila Maria) para controlar isto, porque, senão, irão pegar este volume absurdo de dinheiro que está entrando e que, na verdade, já estão mentindo para nós, alegando que aquilo lá não é um pátio e, sim, vai ser um pátio de estacionamento da linha 19. Se vocês forem ver os galpões, verão que cabe um trem completo dentro. Então, é coisa entre quatrocentos e quinhentos milhões que estão sendo colocados lá. Se pegar seis por cento de quinhentos milhões, veja quanto dá! Portanto, temos que começar a jogar documentos dentro desta história, para o pessoal que trabalha em cima. O dinheiro lá já foi; então, acho necessário colocar isto, porque essa questão é importante” (sic).* Dando prosseguimento à reunião, o Sr. Edson Novoa perguntou ao Sr. Alex se ele tinha algum comunicado

a fazer e o mesmo mencionou acerca de devolutivas dos protocolos abertos pela Sra. Janete, cujos números do SEI serão encaminhados a ela, que não está presente nesta reunião. O Sr. Edson passou a palavra para a Sra. Jacqueline, para que se manifestasse quanto às devolutivas da SIURB, a qual iniciou sua fala cumprimentando a todos: *“Boa noite, eu sou a Jacqueline, assistente técnica da SIURB, trabalho na parte de desapropriações de áreas públicas e a última vez que nós viemos foi para discutir sobre o terreno na Rua Mário Pernambuco, 295, na Vila Mazzei, que virou um local de descarte, um ponto viciado de descarte de lixo. Na última vez em que eu estive aqui, ouvi a demanda e prometi a vocês que eu traria uma devolutiva sobre a vigilância do local, colocação de tapumes e a limpeza do terreno. Daí, eu trouxe para vocês, agora, e vou deixar uma cópia para que possa ser entregue a todos. A vigilância começa agora em Junho. Na primeira semana já vai ter vigilância. Quanto ao contrato de limpeza, o que acontece em relação à limpeza, qual o problema que nós temos, não é só o problema da quantidade de lixo ali. Ontem mesmo eu vim fazer uma visita e, antes, eu também tinha vindo com o Eliseu, que é assessor técnico, e a resposta é que a municipalidade não tem terreno para onde levar o material a ser retirado deste local, um aterro para descarte, e nós estamos pedindo, agora, ajuda para o Governo do Estado e tem um SEI para que possa ser acompanhado; e não conseguimos tapar com o gradil, pois esbarramos com a limpeza e, até agora, não temos aterro para descartar”* (sic). Diante de tal colocação, a Sra. Conceição se manifestou dizendo: *“Então, se existe essa questão de não ter o local para descartar o material, precisa parar de fazer o desfazimento, porque você falou, na reunião passada, que a regra é desapropriar e fazer o desfazimento, certo? E consta em ata, neste momento, que a Lia questionou acerca de a SIURB ter conhecimento sobre gerar entulho, dando problema na questão de saúde pública, então, por que desfez tudo aquilo, que virou um lixão a céu aberto e, agora, diz que não tem aonde colocar? Alguma coisa precisa mudar na regra, concorda? É necessário parar de desfazer obras, pois a Rua Mário Pernambuco não deve ser o único local com esse problema! E, agora, o Estado tem que socorrer a Prefeitura? Ou seja, tem que resolver o problema na fonte, que está na questão do desfazimento das obras, que acaba gerando graves problemas pelo fato de não ter aterro para jogar tanto entulho. Lembrando, ainda, que você comentou sobre ter um vigilante para inspecionar a área, para que a mesma não seja invadida, momento em que a Lia, na reunião passada, também comentou sobre o mau uso de dinheiro público, pois é o nosso dinheiro que custeará tais vigilantes. Quero dizer, tem que se encontrar uma saída para que não haja tanto desperdício de dinheiro público, pois, se um único terreno como este, já apresenta problema de como e onde fazer o descarte, então, a demanda é muito mais grave do que supúnhamos em relação ao desfazimento de obras. Por isso, peço o favor de que se faça constar em ata a minha colocação e sugestão para que você, Jacqueline, leve aos responsáveis da SIURB de que seja revista a questão do desfazimento, uma vez que não se tem local apropriado para jogar o entulho. Concorda?”* (sic). E a Sra. Jacqueline, da SIURB, prontamente, respondeu: *“Concordo!”* (sic). O Sr. William reforçou: *“Mesmo porque, se continuar com os desfazimentos, vai aumentar a quantidade de entulho e lixo e se não há local disponível para o descarte, óbvio que tem que parar!”* (sic). Jacqueline afirmou: *“Por isto que, realmente, não está acontecendo mais. Agora, quando tem a desapropriação e temos a posse voluntária, o imóvel é fechado e já se coloca vigilância no imóvel”* (sic). A Sra. Lia mencionou: *“Jacqueline, me desculpe, mas não é bem isto o que está acontecendo não, viu!”* (sic). E Jacqueline disse: *“Então eu preciso saber aonde é!”* (sic). A Sra. Lia respondeu: *“Eu lhe envio. A propósito, há quanto tempo você está na SIURB?”* (sic). Jacqueline disse: *“Eu estou lá há três anos”* (sic). E Lia foi pronta em asseverar: *“São cento e noventa famílias; então, vai ter que tirar todo mundo e fazer da forma como você disse. Só na minha rua, tem duas casas desapropriadas e com vigilante lá. Estão fazendo o quê? Se o povo quiser mesmo invadir, o vigilante não vai poder fazer nada”* (sic). O Sr. José Ramos pediu a palavra e comentou: *“Em cima do que a Jacqueline falou, meu genro trabalha com fundação de obras de prédios e do metrô e já não tem mais, em São Paulo, aonde se colocar entulho”* (sic). A Sra. Jacqueline afirmou: *“Entendo a complexidade, gravidade e tamanho do problema. Estive conversando com o secretário durante três dias seguidos referente a esta situação. Estamos buscando uma solução, mas tem coisas que, infelizmente, não dependem de mim, pois sou apenas uma porta voz do secretário e estou trazendo as informações que ele me passa e o que vocês me trazem eu levo para ele, e fico em cima buscando solução. Eu não tenho nenhuma outra pauta, nenhuma outra demanda na secretaria que eu esteja trabalhando que não seja a questão da Mário Pernambuco. Outras pessoas estão cuidando de outras áreas e eu cuidando só da Mário Pernambuco. Eu tenho um processo de contratação de obra no trecho da área, constando no SEI e que está sendo discutido; só que tem coisas, e vocês sabem disto, que não dependem só da Secretaria. Infelizmente, a gente depende de terceiros e tem todas aquelas questões burocráticas de contrato, e fazer sem autorização, causaria problemas com denúncias e com o Ministério Público e poderia causar um problema maior e todos nós seríamos prejudicados. Daí, nem SIURB e nem o CADES; todo mundo sairia perdendo. Infelizmente, a burocracia é demorada. Eu sei que faz três anos que vocês estão nesta luta, faz três anos que desapropriou, e, na verdade, era para já ter acontecido já, e, por questões de contrato, claro que vocês ajudam muito com essa pressão a agilizar o processo, pois como vocês dizem não há só o problema deste terreno, haverá outros. Então, é muito importante o olhar de vocês para isto, e eu não estou puxando o saco de ninguém não, eu sou presidente de conselho de segurança também, sou presidente do CONSEG do Jardim Mirna e eu sei a importância da comunidade ficar cobrando, ficar em cima. Então, assim, parabéns a vocês, porque se não fossem vocês, talvez, esta área não estivesse nem sendo vista, e está sendo vista agora, e eu me comprometo enquanto eu estiver nessa secretaria, pois a gente, às vezes, muda de secretaria. Enquanto eu estiver lá, eu vou estar acompanhando, cobrando, mesmo porque nós já temos o gradil, falta mesmo a questão da limpeza. Nós temos o gradil, o tapume e a vigilância, e isto pode ser acompanhado pelo SEI, está tudo certo, tudo aprovado; só estamos esbarrando na questão da*

limpeza do local” (sic). Lia perguntou sobre encontrar uma empresa que limpe e Jacqueline assegurou: “Não! A empresa já tem, não achamos o aterro para descarte” (sic). Conceição pediu novamente a palavra e perguntou se Jacqueline havia recebido cópia da ata anterior, constando sua fala, como ela mesma havia solicitado e recebeu uma negativa da parte da Sra. Jacqueline, que nada recebeu. Ofereceu, então, uma cópia impressa à Sra. Jacqueline e disse: “Eu pedi, gentilmente, que fosse apresentado ao CADES todos os documentos referentes às providências de tal demanda, incluindo a suposta desratização que o Sr. Beto Mendes (o qual estava em substituição do Erick) teria dito que foi feita pela SIURB, e até ironizei sobre uma possível desratização feita a céu aberto. E eu venho cobrando isso, desde a fala dele em reunião, que não me lembro qual foi o mês, pois as atas não estavam sendo feitas, mas você mesma disse que não houve tal desratização. Portanto, quero que conste em ata o meu questionamento, para saber de onde o Sr. Beto Mendes tirou essa informação completamente equivocada e descabida, envolvendo a SIURB, pois falou em nome dela. Também solicitei na reunião passada que você trouxesse hoje para nós, a documentação comprobatória dos processos de licitação para contratação dos serviços, porque você disse que já havia sido contratada a vigilância, e que ainda estava em andamento a contratação da limpeza, ou seja, quando um trâmite está em andamento, ainda assim, existe documentos comprobatórios, e você prometeu trazer esses documentos hoje para nós. Você trouxe?” (sic). Jacqueline disse que trouxe e o Sr. Edson Novoa confirmou: “Ela trouxe e estão sendo tiradas as cópias” (sic). Conceição prosseguiu: “Ótimo, eu só estou querendo lembrar. Numa outra fala, você disse que havia visitado o terreno e que o secretário havia pedido para cobrá-lo e você disse que o cobraria. Sua fala na integra foi: ‘Eu só quero deixar claramente explicado para vocês que nós estamos fazendo contrato de limpeza e é uma limpeza pesada, na semana que vem eu pessoalmente (o Secretário me pediu para cobrá-lo e eu vou cobrar) vou buscar uma resposta para dar em relação a este caso’. Então, a minha pergunta é: (‘o que o secretário falou naquela semana tem a ver com esta questão da dificuldade por conta de não ter aterro?’)” (sic). Jacqueline respondeu: “É, eu passei para ele toda a situação e o que ele falou foi isso, que nós estamos com dificuldades referentes ao aterro; já temos equipe para limpeza, os contratos constam no SEI para que vocês possam acompanhar, mas estamos impedidos por questão do aterro” (sic). Conceição continuou cobrando: “Mas isto não impede de, pelo menos, murar o terreno!” (sic). Jacqueline respondeu: “Então, é que nós não podemos murar lá com toda aquela sujeira” (sic). Conceição prosseguiu: “Sobre este item 3 (três) do processo de contratação, onde nós podemos consultar sobre isto?” (sic). Jacqueline respondeu: “No SEI” (sic). Conceição continuou: “Desculpe, mas não consegui acessar nem mesmo o retorno do meu ofício de reclamação da SIURB (e o governo local sabe disto), pois cobrei, na sexta-feira passada, um retorno da subprefeitura sobre o protocolo do ofício que apresentei com tal demanda, cujo documento já estava pronto desde 14 de Dezembro de 2022, tendo sido apresentado na reunião ordinária deste conselho, em 14 de dezembro de 2022, quando mostrei para a Jacqueline na reunião passada e, até o momento, não veio resposta para mim e, se por ventura, houve algum retorno, eu não consegui acessar, pois pedi auxílio a um amigo e ao meu filho e não conseguimos. Mandei os prints tanto para o Alex Marchioratto, quanto para o João Vítor, aqui do governo local, e não tem resposta alguma. Ambos assessores, e não os estou culpando de nada, pois fizeram a parte deles, disseram a mim que, por se tratar de um assunto que já está sendo discutido no CADES, meu ofício estaria unificado no mesmo SEI do CADES. Todavia, eu fiz o ofício como munícipe e não admito que meu ofício seja incorporado ao mesmo ofício recente do CADES, uma vez que eu o redigi por conta própria, apresentei fotos e pesquisas particulares, fiz e protocolei como munícipe, em 19/04/2023, porque o governo local não quis receber em 14/12/22, alegando que eu deveria protocolar no setor administrativo desta subprefeitura, até às 17h e cuja exigência de horário me impediu de protocolar antes. Inclusive, quando cheguei às 16h20, do dia 19/04/23, para protocolar, me disseram que a pessoa que poderia protocolar não estava e eu exigi meu protocolo de entrega, tendo trazido duas vias, e foi o João Vitor que providenciou isso, o que, na verdade, já poderiam ter recebido o meu ofício na reunião de 14/12/22 e efetuado o protocolo no dia seguinte, passando o número do SEI pelo telefone e/ou WhatsApp. Sendo assim, penso que a resposta deva vir para mim, no meu número de protocolo do SEI, porque o meu direito de municipalidade deve ser preservado” (sic). Edson Novoa disse: “Como não é assunto de CADES, então, passe o número do SEI à Jacqueline depois” (sic). Conceição lembrou à Sra. Jacqueline sobre sua intenção de levar o caso à mídia, pois acredita que tal demanda ainda vai levar muito tempo para ser resolvida e, talvez, a exposição na mídia ajude a acelerar esse processo. Com isso, a Sra. Rute disse que existem muitos canais possíveis de se utilizar. Acrescentou: “A prefeitura tem o seu papel nesta cidade e o munícipe também” (sic), e Conceição mencionou sobre o fato de a SIURB já estar ciente da demanda desde outrora. Portanto, o fato de Jacqueline alegar estar ciente disso apenas agora e que fará o que estiver na sua competência para atuar, não impede que se levante os papéis e documentos de antes, porque não é ela quem é responsável por isto é, sim, o órgão, no caso, a SIURB, sendo ela uma simples funcionária e porta-voz. Frisou que não estava pessoalizando, que não tem nada a ver com a pessoa da Jacqueline e sim com a SIURB, pois, depois de mais de um ano cobrando, ao menos, ela veio, já que ninguém veio antes. O Sr. Hélio pediu a palavra e disse: “Eu só queria complementar à Jacqueline que acredito ter notificado um dos primeiros protocolos em relação a este caso, pois, passando por lá, vi aquela demanda da população e, na época, eu era membro conselheiro aqui do Jaçanã/Tremembé, e foi quando trouxe essa demanda aqui para o CADES, e como a SIURB sempre foi um canal muito dificultoso de interação tão próxima, parablenzo você por estar aqui representando o secretário, pois esta demanda é grave. Inclusive, fico fazendo paradoxos e imaginando se esta demanda fosse num terreno de outra região, como no bairro de Higienópolis, Vila Mariana, em alguma área nobre como nos Jardins, por exemplo, onde também tivemos algumas casas abandonadas e que, hoje, fazem parte do poder público, seria uma retórica totalmente

diferente. No entanto, a região do Jaçanã é uma região clássica e antiga, temos até música conhecida pelo mundo inteiro. Portanto, é uma região que deve ser vista com um olhar diferenciado também, não porque somos melhores, mas porque somos cidadãos e pagadores de seus impostos e, além do mais, tal área prejudicada vem trazendo sérios riscos. Na minha época de CADES, houveram tentativas de estupro, já que muitas moças, aguardando transporte num ponto de ônibus próximo dali, eram perseguidas por indivíduos que queriam arrastá-las para dentro daquele terreno. Então, é uma coisa que deve ser providenciada com a máxima urgência, pelo menos, que se coloque uma proteção com gradil ou alguma coisa neste sentido, e, nesta questão do entulho, que se unam as forças mesmo, sendo louvável buscar pelo Governo Estadual e ainda que seja o Federal, mas aquilo deve ser resolvido para preservar o patrimônio público porque, de repente, possam até invadir aquilo lá, que é nosso. E que se cumpra sua função social também. Ali, havia uma vila de casas que foram desapropriadas pelo interesse público, mas eu não sei qual teria sido o propósito para tal desapropriação, mas que se cumpra logo” (sic). Jacqueline revelou: “Lá é para o alargamento do córrego” (sic). William perguntou se há algum estudo, a fim de preservar o local, para que impeça o risco de que parte daquele entulho, durante as chuvas, possa cair no córrego, interrompendo a passagem de água e causando um alagamento. Rute asseverou que isso incorreria em crime ambiental e a Sra. Jacqueline afirmou: “Pode-se até cobrar a SIURB em relação a isto” (sic). E William concluiu: “Porque no caso de ocorrer tal problema, será muito pior” (sic). Conceição questionou se não seria o caso de providenciar que todo o lixo que está depositado na calçada pudesse ser colocado dentro do terreno, desocupando, inicialmente, pelo menos, o calçamento. Quanto a isso, Jacqueline assegurou: “No caso do entulho no calçamento, seria algo que a própria subprefeitura poderia resolver, fazendo a limpeza. Eu, Jacqueline, peço que se registre em ata que eu vou manter minha palavra, seguindo comprometida com este terreno. Amanhã vou passar tudo o que foi dito aqui ao secretário e vou cobrá-lo. Eu gosto de cobrar, eu já disse isso, eu gosto de cobrar, mas tudo esbarra na limpeza deste terreno; precisamos limpar este terreno, não temos como colocar o vigilante em meio ao lixo” (sic). Conceição aproveitou para garantir parte de sua solicitação, dizendo: “Então, podemos fazer constar em ata referente à limpeza do calçamento do terreno na Rua Mário Pernambuco, 295, para retirar todo o lixo que está sobre a calçada? Assim, conseguimos resolver, ao menos, esta questão da limpeza do calçamento, pois já começa a mostrar que está sendo feita alguma coisa” (sic). A Sra. Rute disse: “A Jacqueline vai acolher a sua solicitação e vai levar para a área técnica” (sic). Conceição insistiu: “Mas também temos que colocar que a Subprefeitura cobre da SIURB, como cobraria de qualquer munícipe sobre a limpeza e, também, sobre o conserto da calçada toda arrebentada. Então, que a Subprefeitura cobre a SIURB e nos dê um posicionamento” (sic). Alex perguntou: “Então, para que eu entenda e faça o encaminhamento, vocês querem que se faça a limpeza, como ela faz da zeladoria, ou que retire o entulho e manutenção da calçada?” (sic). Rute perguntou quem faria isto, e Alex respondeu: “Então, vamos conversar com o pessoal do cata-bagulho para o que é possível fazer, dentro da nossa zeladoria, retirar” (sic). Conceição retomou o assunto da denúncia e mencionou que, no seu ofício de denúncia, consta a menção do antigo ofício do Hélio, portanto, a SIURB já havia sido notificada antes de a Jacqueline ficar sabendo. A Sra. Jacqueline solicita uma cópia deste ofício e o Sr. Alex diz que vai providenciar-lhe outra cópia, pois este que tem em mãos será, na verdade, entregue à munícipe Conceição, que havia solicitado ao João o acompanhamento de seu processo junto ao SEI, informando que tudo o que foi tramitado dentro desse processo está sendo entregue a ela neste momento. Jacqueline perguntou se tal ofício foi enviado para a SIURB ou para a Subprefeitura e Alex respondeu que o ofício da Sra. Conceição foi entregue na Subprefeitura e, por isso, teria dito a ela que o processo ficou interno. Conceição perguntou: “Então, a Subprefeitura que encaminha para a SIURB, é isto?” (sic). E Jacqueline disse que não foi encaminhado para a SIURB. Alex justificou: “Na verdade, o João não encaminhou para a SIURB” (sic). Jacqueline mencionou: “Então, a Subprefeitura recebeu e não encaminhou para a SIURB, e eu vou receber uma cópia agora? Só para deixar claro” (sic). Conceição acrescentou: “Independente disto, já havia outra denúncia do protocolo feito pelo Hélio, só para que a SIURB saiba que nós do CADES já havíamos nos posicionado anteriormente. Você, Jacqueline, pode ter ficado sabendo na terça-feira, como você mesma disse, mas a SIURB foi comunicada muito antes, ainda que por intermédio da Subprefeitura. Agora, se, por ventura, a SIURB não foi acionada deste meu ofício protocolado em 19/04/23, um tanto pior para a Subprefeitura, pois a informação chegou até este órgão. E, para concluir, nós, munícipes, não somos obrigados a saber como funcionam os sistemas internos administrativos, então, a gente entrega onde nos direcionam, e eu entreguei aqui na subprefeitura, conforme orientada na data em que tentei protocolar durante a reunião ordinária de 14/12/22, mas o representante do Governo Local alegou que eu deveria trazer até às 17h, o que, por motivos de saúde e de limite de horários, só consegui protocolar há um mês” (sic). E Jacqueline reforçou: “Alex acabou de falar que não foi passado para a SIURB, deixou claro que não foi passado” (sic). Hélio pediu a palavra e perguntou: “Jacqueline, só uma dúvida, um médico tem um paciente com cirurgia marcada para a retirada de um apendicite e nós sabemos que aquela área tem que cumprir aquela utilidade pública, então, a pergunta que não se cala para mim e você, com certeza, terá essa resposta e vai nos ajudar, é a seguinte: ‘quando tem um cronograma para, de fato, sair essa obra?’ Pois, até então, estão sendo feitos curativos, não é Rute? Vamos fazendo o muro, a limpeza e o terreno ainda continuará ali, ocioso, e quando ele vai cumprir sua função social, para a qual foi desapropriado, pois não deveria já começar a ser feita esta obra de alargamento do rio assim que for limpo o terreno?” (sic). Edson Novoa também questionou: “Vai limpar, murar, colocar segurança, mas, e a obra, será feita quando?” (sic). William perguntou: “Esta obra já possui uma verba destinada a ela?” (sic). Jacqueline informou: “O processo de contratação da obra já consta no SEI e eu já passei o número. Eu me comprometo a continuar empenhada nisto, para trazer uma resposta na próxima reunião” (sic). Conceição perguntou sobre

o que mais poderia ser feito para ajudar? E Jacqueline disse que o que todos estão fazendo já está ótimo. Lia dirige-se à Rute e indaga: *“Qual a participação da Secretaria do Verde em relação ao terreno da Mário Pernambuco?” (sic)*. Rute responde: *“Eu não sei exatamente. É uma obra da SIURB. Eu preciso saber, por favor, me passem o número do SEI para eu saber qual a relação, se tem ou se não tem. O que eu sei é que se o entulho cair no córrego, haverá fiscalização”.* (sic). Conceição diz: *“Apenas para finalizar este assunto do terreno, o ofício que eu entreguei para a subprefeitura está sendo destinado para a SIURB?” (sic)*. E Jacqueline afirmou que estaria sendo entregue agora. Todavia, Conceição questiona: *“Mas não deveria ter ido via SEI? Porque eu entreguei na reunião passada e disse que era para a SIURB. Então, houve uma falha no direcionamento do documento e eu não tenho como saber isto internamente” (sic)*. Alex informou: *“O SEI tramitou aqui na subprefeitura, e aquele questionamento que você fez para mim, eu respondi em cima do que a Jacqueline falou no dia da última reunião” (sic)*. Conceição prosseguiu: *“Que foi que teria que juntar tudo na vinda dela aqui, mas eu entreguei o ofício uma hora e meia antes de ela chegar para a reunião, ou seja, ela nem tinha lido o meu ofício e tinha achado que havia sido encaminhado para a SIURB, o que não foi e soubemos disso apenas agora” (sic)*. Alex disse: *“No ofício que tinha ela não viria, não tinha representante, não foi?” (sic)*. Jacqueline concluiu: *“Na primeira vez, não havia representante e eu falei que viria. Deixo registrado que estou recebendo, agora, tal documento e, amanhã, irei encaminhar ao secretário para que eu possa dar a devolutiva pelo Novoa. Muito obrigada” (sic)*. Edson Novoa finalizou: *“Encerramos, então, o assunto da Mário Pernambuco” (sic)*. Rute lembrou a todos sobre estarmos entrando na semana do Meio Ambiente. Disse que haverá várias atividades nos parques, serão ofertadas aulas abertas, que estão trabalhando com os conselheiros novos sobre estrutura e funcionamento, mencionou sobre a abordagem de como os conselhos ambientais se conversam nos territórios e que será explanado pelos professores Ciro Malta, que o Sr. Ramos está aqui para referendar o nome como profissional extremamente experiente. O outro professor será o Rodrigo Martins, que falará de planejamento territorial, o que é super importante para dar base aos planos de trabalhos dos conselhos. Então, a princípio, seria somente para os conselheiros novos, mas foi aberto, inclusive, fazendo parte de eventos da semana do meio ambiente, e que gostaria de convidar a todos para participar dessas aulas, com grupos online na segunda à noite, presencial na terça pela manhã, e online no sábado pela manhã, sendo disponibilizado no grupo de WhatsApp todas as datas, na quinta-feira, dia 07/06. Edson Novoa comentou que a próxima pauta, sobre a proposta para o Viveiro Flamboyant, não será debatida pois o espaço ainda está fechado para manutenção. Como tal pauta foi sugestão da conselheira Conceição, a mesma solicitou que se conste em ata que a subprefeitura verifique sobre o início dessa manutenção/reforma, e o motivo do espaço ainda estar fechado e quando será liberado o acesso, para que se possa apresentar uma proposta de cuidados, etc. Edson Novoa mencionou sobre a próxima pauta referente ao Plano de arborização, também sugerido pela conselheira Conceição, a qual se manifestou dizendo: *“Quando mencionei essa pauta, eu não tinha um plano elaborado. Apenas sugeri que discutíssemos o tema em equipe. Todavia, busquei orientação junto a plantadores e ambientalistas experientes, dentre alguns grupos de plantio que participo, como Pedra 90 e outros. Pensei em aproveitarmos a semana ou o mês do meio ambiente para, como CADES, engajarmos em alguma ação na região do Edu Chaves com Roland Garros, Tremembé, dentre outras. Minha sugestão é que possamos substituir árvores exóticas por árvores melíferas e nativas, e até desenhar um Projeto Lei, com ajuda de especialistas em Biologia e Meio Ambiente, para uma mudança radical de plantio na cidade de São Paulo, envolvendo o cuidado com as abelhas, plantando árvores melíferas, substituindo árvores exóticas, incluindo as que não são adequadas às abelhas brasileiras, que, por sua vez, acabam morrendo envenenadas ou afogadas no néctar das mesmas, entregando tal PL junto à Câmara Municipal para que seja aprovado e tenha a Lei sancionada. Já quanto às ações regionais, precisamos de suporte da subprefeitura, com fornecimento de mudas, insumos, húmus, hidro gel, etc” (sic)*. O Sr. Edson Novoa interrompe e informa que o horário da reunião expirou, porém, se todos concordarem, será possível prorrogar por mais quinze minutos. E todos concordaram em prosseguir. Edson Novoa solicita que seja abordado o último assunto da pauta, sobre a proposta para alterar o regimento geral do CADES, também sugerido pela Sra. Conceição, a qual prossegue: *“A proposta de alteração no Regimento Geral do CADES seria de acrescentar que se faça constar a obrigação da visita dos representantes de Secretarias que forem convidados a participarem nas reuniões, conforme já especifica a Seção II, Art. 7º do Regimento Geral, sobre a Composição do CADES, desde que haja uma convocação, o que já foi esclarecido pela Rute nesta Reunião, pois, havendo uma convocação, a Secretaria deve ser notificada e enviar um representante, sob pena de sanção administrativa caso tal representante da Secretaria convocada não compareça, incluindo possíveis faltas em relação, também, à SVMA, uma vez que a própria Sra. Rute alertou, na reunião retrasada, de como deve ser feita a notificação de tais faltas” (sic)*. Conceição aproveitou para ressaltar que, ao pesquisar o Regimento Geral do CADES, certificou-se de que compete ao Presidente do CADES, no caso, ao Sr. Dário José Barreto, o que vai especificado no Art. 9º e seus incisos, que passou a ler, na íntegra, aos presentes: inciso VIII – *“convocar ou convidar pessoas ou representantes de entidades para participar das reuniões plenárias do CADES Regional, sem direito a voto”*; inciso IX – *“tomar medidas de caráter urgente, submetendo-as, à homologação do Plenário, na reunião imediatamente seguinte”*; § 2º – *“O Conselho poderá acrescentar outras competências ao seu Presidente” (sic)*. Concluiu, após sua leitura, o que havia sugerido como pauta para esta reunião, acerca de o Presidente do CADES convocar a presença de representante da CET para resolver questões de desorganização e caos no trânsito, provocados por obras da SABESP na extensão de rede de esgoto, neste momento, localizadas nos bairros Jd. Dalsy, Jd. Virgínia Bianco e Jd. Entre Serras, bem como, ainda, convocar a presença da SABESP para prestar esclarecimentos acerca das grandes e intermitentes explosões que andam fazendo para arrebear pedras na

extensão de suas obras, uma vez que tal região era um antigo sítio, com uma pedreira e, inclusive, tem veios de água submersos que levam à nascentes de água, como a Fonte São Pedro, localizada nos fundos do Supermercado Sonda, bem como outra antiga Fonte de Água, Fontalis, no grande terreno ao lado, hoje, de posse do Colégio Jardim São Paulo. Os estrondos das inúmeras explosões estão assustando e preocupando todos os moradores dos bairros supramencionados e derredor, pois todas as casas tremem, janelas e portas trepidam, etc, o que, certamente, acarretará em trincas e futuros problemas de abalo nas estruturas. Portanto, Conceição solicitou ao coordenador que a SABESP seja, imediata e irremediavelmente, convocada para a próxima reunião, em caráter de extrema urgência. A segunda sugestão para alteração do Regimento Geral do CADES seria impugnar a candidatura de todos os membros exonerados de quaisquer Conselhos Municipais, seja por faltas, por condutas ilícitas, desistência, etc, por um período de 2 gestões (4 anos), uma vez que tal regra também existe entre os políticos partidários. Ou seja, o candidato que foi exonerado num Conselho da Saúde, não poderia se candidatar ao CADES, dentre outros exemplos, evitando acesso de pessoas não comprometidas ao voluntariado. Por fim, a outra sugestão envolve o pleito de entregar bilhete único a todos os membros do CADES, com fornecimento de cotas para locomoção até às reuniões ordinárias, extraordinárias e possíveis vistorias na região. Na visão da Sra. Conceição, é certo que os membros têm ciência da voluntariedade de seus cargos de agentes políticos honoríficos, porém, os gastos com locomoção e transporte devem ser arcados pela Prefeitura, uma vez que este órgão já conta com ajuda voluntária de tais membros, representando a sociedade civil, em busca de efetivas providências na proteção do meio ambiente em cada região. Inclusive, Conceição lembrou sobre a questão da solicitação de crachás aos membros do CADES e mencionou sobre a gratuidade de ônibus para os funcionários dos correios, policiais militares, dentre outros. Afinal, tais funcionários/servidores são devidamente assalariados e seus respectivos órgãos deveriam custear tais locomoções, como ida e volta ao trabalho, todavia, a gratuidade é concedida em acordo feito com a Prefeitura. Então, com o crachá de identificação como agentes políticos honoríficos de quaisquer Conselhos Municipais, constando o período de gestão, dever-se-ia, também, conceder a gratuidade para todos os agentes políticos honoríficos da Prefeitura, ainda que venha a ser através de possível tramitação de um Projeto Lei, caso neguem o fornecimento por decisão interna e administrativa. De qualquer forma, uma resposta deve ser concedida a tais sugestões. Por hora, ficou decidido, de comum acordo entre todos os membros presentes, que será efetuada a solicitação de fornecimento de, no mínimo, oito cotas dentro do mês, o que será realizado através de ofício emitido pelo CADES, na pessoa de seu coordenador que, igualmente, votou a favor deste justo pleito. Finalizando, o Sr. Alex solicita que se conste em ata que estão sendo realizadas algumas ações em parceria com o PAVIS e a UVIS, incluindo uma ação para o dia 03/06/23, na Rua Ushikishi Kamia, próximo à Promofarma, onde tem um descarte irregular ali, e, na parte de baixo, próximo ao Mercado X, cuja limpeza dos dois locais está sendo fechada com o SP Limpa, bem como está sendo vista a possibilidade de o Movimento Salve Periférico fazer um grafite num dos locais, para inibir os pontos de descarte. Sem mais nada a ser proferido, esta reunião foi encerrada pelo Sr. Edson Novoa, às 22:02. Essa presente ata foi devidamente transcrita de áudio gravado durante toda a reunião pelo novo secretário, Sr. William Farias, bem como conferida, corrigida, revisada e formatada pela Sra. Conceição Alves, que vem atuando como vice-secretária. Todos os membros presentes assinarão esta ata e possíveis atas pendentes de assinaturas no início da próxima reunião.

Assinatura dos presentes:

Alex Marchioratto (Governo local)

Carlos Fernandes (Subprefeitura)

Conceição Aparecida Alves (Titular)

Edson Novoa (Titular)

Hélio Claudio de Carvalho (CADES Vila Maria)

Jacqueline (Assistente técnica da SIURB).

José Ramos de Carvalho (CADES Vila Maria)

Maria do Carmo - Lia (titular)

Rute Cremonini de Melo (Representante da SVMA)

William Farias (Titular)
